

Mário Albuquerque

Presidente da Associação 64/68 Anistia

Uma jovem vida interrompida renascida na formação de um líder sedento por justiça

Os dedos são magros. As unhas, bem curtas. A barba e o cabelo são grisalhos, reflexos de sabedoria. A pele, morena. Os pêlos do braço são negros, como os olhos. Enquanto a cabeça foi trabalhada com livros, o corpo encontrou o equilíbrio com a biodança. Foi nessa terapia que o coração também encontrou o amor de uma mulher. No caso, A mulher. A risada é gostosa. De uma pessoa que sabe gozar da vida. De alguém que já teve "overdose de liberdade" e hoje usufrui na medida certa. Faz o que gosta e o que se sente chamado a fazer.

A idade cronológica passa longe. Sessenta e dois anos, só se for de vivência e experiências. Esse escorpiano, nascido a 21 de novembro, é jovem. Porque, como defende ele, "jovem não tem medo". E esse cearense é destemido. Com óculos estilo Harry Potter, esse humanista, cujas feições e ações lembram Gandhi, é provocador e questionador. "De tudo", diz. Paixão e liberdade são as palavras que o definem, mas não o limitam. Liberdade, que até o AI-5 não conseguiu suprimir. E, acredite, ele daria a vida por ela quantas vezes fosse preciso.

Da mãe Lourdes, dona de casa, recebeu os bons modos. Mário Miranda de Albuquerque é simpático, cumprimenta todos com um sorriso singelo. Abre a porta do elevador e da sala e deixa as mulheres passarem primeiro. Do pai Mário, comerciante, político e poeta, recebeu a paixão pelas pequenas e grandes coisas. É um revolucionário. Segue seus ideais. "Só morrem as causas pelas quais ninguém morre", repete o lema que o acompanha desde os tempos de colégio.

Quando menino, sua rebeldia era fumar cigarro, beber cachaça, chegar tarde à casa e andar com pessoas que os pais não gostavam. Ainda jovem, foi secretário, vice e presidente

do centro estudantil. Hoje, sua atuação vai além de cargos burocráticos da política. Ele faz política sem precisar ser parlamentar. Seu papel é abrir caminhos. É mobilizar e conscientizar as pessoas. É continuar a luta que nunca para. E consegue. Bastam cinco minutos para atrair a atenção de todos: Mário fala e as pessoas já se envolvem com a causa.

Mário é ágil. Os braços se movimentam inúmeras vezes na entrevista ou em qualquer conversa. Mário é didático, como aquele professor preferido do primário. Conta nos dedos quando enumera algo, contextualiza os fatos historicamente, fala pausadamente. Tem os braços sempre abertos, como quem alça vôo. Eles gesticulam, como quem abraça a causa. Causa que não é só a dele, é a de todos. Mas seus pés, mal se mexem. Estão fincados no chão, em sua terra, em sua luta. Seu coração é de mãe, de pai, de amigo. De brasileiro.

Sonhador e inovador, sacrificou tudo por acreditar que em três anos a militância ia chegar ao poder. A prisão em 1971 marca uma vida interrompida. Mas marca também o nascimento de um novo Mário, mais maduro e consciente. É lá que ele começa a ler e ganhar consciência histórica e política. É o Mário que conhecemos e por quem nos apaixonamos.

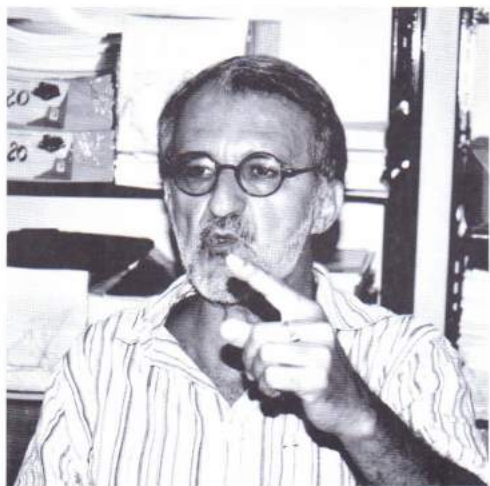
Depois de quase nove anos, sai da prisão numa noite de domingo. Era lua cheia. O céu sorria e se iluminava. Ou seria Mário que iluminava os locais por onde passava com sua alegria em reviver? Nessa "overdose de liberdade", se meteu em teatro, em dança, até no carnaval de Olinda. Hoje, esse líder nato trabalha nas causas que acredita. Mário anda sem relógio. Não é escravo do tempo. Já ficou preso tempo demais. É irmão da liberdade.

Equipe de Produção:
Fernanda Brasileiro
Ingrid Baquit
Maira Ary
Natália Marques

Texto de abertura:
Ingrid Baquit

Participação:
Evelyn Ferreira
Everton Sousa
Fernanda Brasileiro
Hugo Renan
Ingrid Baquit
Maira Ary
Marina Rosas
Natália Marques
Roberta Maia
Roger Pires

Fotografia:
Beatriz Jucá



Entrevista com Mário Miranda Albuquerque, dia 14 de Maio de 2010.

Natália – Mário, sua família sempre esteve envolvida politicamente. Eu gostaria de saber como foi seu despertar para a política e de que forma sua família lhe influenciou.

Mário Albuquerque – Realmente, a minha militância tem raízes tanto históricas quanto político-sociais da época, no quadro de profunda desigualdade social que até hoje persiste no nosso País e que na época era muito maior. Mas, também, nessa história familiar, em que meu pai era do Partido Comunista Brasileiro, meu irmão, Pedro Albuquerque, também foi do PCB (*Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922*) e depois foi para o PCdoB (*Partido Comunista do Brasil, também fundado em 1922 e reorganizado com a sigla PCdoB em 1962*). Recuperando um pouco aqui a memória, tem uma história lá pra trás, da década de 40, de 30. Uma história muito nebulosa, que eu nunca apurei muito e envolve a minha avó. Minha mãe fala muito de que via reuniões, que volta ali para a Aliança Libertadora Nacional (*movimento que resultou na insurreição de 1935*). Quando eu era pequeno, (*ela*) lembrava de reuniões que eram realizadas na casa dos pais dela. Mas que envolvia, – e isso que era interessante –, a minha avó, e não meu avô... Depois, alguns fatos, alguns livros e alguns registros envolvendo a história da figura de um jornalista, precursor e operário, Francisco Teodoro, conhecido como Chico Teodoro. Foi exatamente o caso que minha mãe registrou: a prisão dele lá em Chaval (*município no interior do Ceará*), que é a terra dela. Ela se envolveu lá e houve até uma manifestação. Tem até um livro que conta essa história – que nós fizemos o lançamento aqui em Fortaleza, há cerca de uns sete anos –, chamado “Os 16 deportados cearenses”. Que conta o caso de dezesseis cearenses que foram deportados daqui, na ditadura getulista, para o Rio de Janeiro. Mandaram um navio, sem processo, sem nada e jogaram nas prisões do Rio. Sem instrução criminal nem nada. É um diário de prisão, localizado nos arquivos públicos do Rio de Janeiro e que, pela sua importância, o arquivo publicou esse livro. Eles consideram mais importante como registro da época que “Memórias do cárcere” de Graciliano Ramos, porque é muito romance e muita literatura. E esse não. É

um relato nu e cru das condições de prisão. Então, esse envolvimento familiar que, no primeiro momento, seria só a vida do meu pai, tem coisa mais pra trás que envolve a família dos meus avós.

Máira – Você estava falando de cárcere. Pegando essa deixa, a gente sabe que aos 12 anos você teve a primeira experiência com a prisão. Eu queria que você contasse pra gente como é que foi, e se teve alguma implicação no seu envolvimento futuro com a política.

Mário Albuquerque – Exatamente. Doze anos, isso foi em 1960, 61. Eu acho que 61. Tinha aqui em Fortaleza uma delegacia de costumes e diversões para reprimir no campo moral e tinha o DOPS (*Departamento de Ordem Política e Social*), que era a delegacia para reprimir a manifestação social. Doze anos é aquela fase da rebeldia do adolescente. Todo jovem tem de se indispor contra os pais, faz parte da afirmação, né? Do amadurecimento. A rebeldia contra os pais, que é o poder mais imediato, que está ali, tentando se enquadrar dentro da moral vigente. E, então, qual era minha rebeldia? Era sair com as pessoas que a minha família dizia que eu não devia sair. Quer dizer, os desclassificados sociais do bairro. No caso era o filho do açougueiro, do cara que matava o bode, e o outro era um empregado doméstico da residência. Então era exatamente com esses dois – que minha família dizia que eu não devia sair –, que eu saía. Qual era minha manifestação de rebeldia da época? Era beber e fumar cigarro. Não era maconha, era cigarro mesmo, careta. Havia aqui em Fortaleza – interessante que era o mesmo nome – a ronda, como o Ronda do Quarteirão. Já havia a ronda nesse período, em 61. Era um jipe, que a partir de dez horas da noite saía circulando e arrastando todas as pessoas que se encontravam na rua que fossem crianças e adolescentes. E, num desse dia aí, eu estava lá numa farra dessas de cachaça com esses dois amigos, chutando lata de lixo no meio da rua, quando o ronda passou, pegou a gente e levou.

Meu irmão na época namorava a filha de um delegado ou de um secretário de segurança. Não tenho muita certeza disso... Tentava dizer que meu irmão namorava com... Tentando apelar para a autoridade.

Mário Albuquerque nasceu em Fortaleza, em 21 de novembro de 1948. Filho da professora Maria de Lourdes Miranda de Albuquerque e do comerciante Mário Miranda de Albuquerque.

Os pais de Mário tiveram muitos filhos, nove no total: Pedro, Célio, Wilson, Nadja, Neidja, Niedja, Nadeja, Joana. Mário é o terceiro.

A Associação 64/68 Anistia é fruto direto do Movimento Anistia 20 anos, criada para reunir as vítimas da brutalidade dos regimes ditatoriais que já governaram este País, em especial o regime militar iniciado com o golpe de primeiro de abril de 1964.

Sempre apelando nesse momento. E não teve jeito. Os caras davam porrada, batiam, e me jogaram numa cela na sede da polícia, que ainda funciona no mesmo local (*Rua do Rosário, 199 – Centro de Fortaleza*). Pô, eu tinha 12 anos de idade, naquela época! Me jogaram dentro de um xadrez, imundo, um rio de urina dentro da cela. O sanitário era entupido de fezes! Eu passei a noite toda encostado na parede com medo de estupro. Porque na cela tinha vários presos, pessoas mal encaradas, mais velhas. A prática do estupro nas prisões continua muito comum. Acho que cresceu muito no Brasil. A pessoa que foi presa comigo – porque um desses companheiros conseguiu escapar da prisão – era mais velha do que eu, acho que ele de alguma maneira serviu para dissuadir qualquer possibilidade de violência. Foi um choque na família muito grande. E a partir disso eu acho que o meu pai e meu irmão, Pedro, se acumpliciaram para reorientar essa rebeldia. Então começaram a me levar para teatro, especialmente para a sede do Partido Comunista, apesar de ele estar na ilegalidade. Mas o partido passou a ter uma existência semilegal desde que apoiou o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). A gente tinha aqui uma sede e a fachada legal era o que seria hoje uma ONG (*Organização Não-Governamental*), podemos dizer, que era o escritório eleitoral 25 de março, ali na (*rua*) General Sampaio, em frente à casa Juvenal Galeno. Ali havia muitas palestras e vinha gente de fora, intelectuais. Meu pai começou a me levar para ouvir essas palestras e me enquadrando dentro da visão dele. E foi quando eu comecei a me envolver realmente na militância política no sentido mais amplo, mais geral.

Marina – Mário, além dessas rebeldias juvenis e desse convívio com o partido comunista por parte da sua família, quais eram seus interesses quando você era jovem?

Mário Albuquerque – Eu acho que tem duas fases: tem antes de 64 e depois de 64. Depois desse episódio, eu realmente deixei um pouco essas farras. Até essas companhias mesmas. Realmente me

“Todo jovem tem de se indispor contra os pais, faz parte da afirmação. Do amadurecimento”.

É uma organização sem fins lucrativos que visa à busca do cumprimento dos direitos dessas vítimas e à construção de um movimento organizado que atue como vigia do respeito aos direitos humanos das minorias e da população pobre.

enquadrei um pouco nessa compostura, porque isso me abalou profundamente. Eu então comecei a me dedicar mais aos estudos e acho que foi a época em que disputava os primeiros lugares na sala de aula. Eu não tinha, até então, despertado para essa questão social e política. Lembro-me que esse episódio me marcou, em termo de prisão. Não sei se foi imediatamente ou se foi depois do golpe. Aquele prédio dessa polícia, era uma passagem, não era fechada. Você passava por dentro e saía na outra rua, na Sena da Madureira. Incrível, a cela era pública. Os presos ficavam ali, à vista de todo mundo, como se fosse um zoológico. É, creio que não davam alimentação aos presos, porque eles pediam (*comida*). Eu me lembro que muitas vezes sacrifiquei minha merenda, cigarro, para levar lá pros presos. Porque era livre acesso.

Teve a eleição em 61, que foi eleito o Jânio (*Jânio Quadros, ex-presidente do Brasil*), que meu pai participava muito. Mas o que marcou mais foi essa campanha pra prefeito de Fortaleza em 1962, porque foi a primeira vez que houve um candidato, vamos dizer assim, popular, que foi o candidato José de Moura Beleza, presidente do Sindicato dos Bancários. E foi uma campanha incrível porque a sede da campanha era a Praça José de Alencar, que era o único terminal de ônibus que existia em Fortaleza. Todos os ônibus convergiam para lá. Ali tinha, diariamente, o que a gente chamava de “rezar o terço em família”. Cinco horas da tarde, tinha um amplificador naquele prédio que hoje é o INSS, ali era o antigo IAPB (*Instituto de Assistência de Previdência dos Bancários*) e todo dia, às cinco horas da tarde, era um comício de época. E eu me lembro que eu me instalei ali, de mala e cuia. Dormia ali. E saía para cumprir as tarefas da campanha, distribuir panfleto, de pichar muro, etc. Isso eu tinha 13 anos de idade, em 62. Moura Beleza não foi eleito, dizem que houve uma fraude. Em 63, eu não tenho muita lembrança de participação.

Fernanda – Mário, como se dá seu engajamento político no CESC (*Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará*)?

Mário Albuquerque – O CESC foi depois do golpe. O golpe realmente foi um divisor de águas, porque o golpe não foi só uma ruptura na vida institucional do País, mas também uma ruptura na vida de famílias. Principalmente nas que apoiavam e estavam do lado do regime anterior, inclusive do Presidente João Goulart. Era o caso da minha família. Porque a ditadura, logo nos primeiros dias, invadiu lares, interveio em sindicatos estudantis. Prisões, torturas. Meu

pai teve de se esconder, meu irmão (*Pedro*) foi preso. Ele estudava na escola técnica industrial (*hoje, IFCE*). E eu inclusive levava o almoço dele diariamente na prisão. Existia naquela época, e ainda temos hoje, uma prisão especial para quem tem nível superior, o que é um absurdo. A prisão só vai melhorar quando acabar com isso. Então, eu levava comida e achava que deviam dar para ele comida de soldado, que é uma comida intragável. É uma comida que nem animal come. E a partir disso eu comecei a me engajar, comecei a despertar realmente. Porque a ditadura causa uma profunda revolta em todos nós. A supressão da liberdade. E o CESC também sofreu intervenção.

Em 65, houve um congresso de estudantes que foi escolher uma nova diretoria e elegeu-a. Eu participava do grêmio do colégio Capistrano de Abreu, que era um colégio privado. E como representante do grêmio, eu participei desse congresso e fui eleito como secretário-geral do CESC. Depois fui eleito vice-presidente e presidente em 67 (*gestão 67/68*). O CESC teve uma participação muito importante porque era uma entidade que tinha muita legitimidade. Era a única entidade secundarista para todo o Estado do Ceará, diferente de hoje, que tem não sei quantas. Emitia carteira do estudante válida em todo território nacional. Para se ter uma idéia da orientação política da entidade, a carteira de estudante vinha com a seguinte frase: "Só morrem as causas pelas quais ninguém morre". Para vocês terem uma idéia do clima da época. Porque ali era um clima de grande engajamento, inclusive de você dar até a vida, se fosse o caso, pela liberdade. Essa era a atmosfera da época, que era exposta na frase da carteira de estudante, que circulava em todo o Estado do Ceará.

Everton – E essa entidade sofreu alguma perseguição?

Mário Albuquerque – Sim, ela era uma entidade legalmente constituída. Ela sofreu diversas invasões e prisões e nós fomos presos várias vezes, detidos. Principalmente quando havia quebra-quebra de ônibus, que era uma prática muito normal naquela época quando havia aumento na passagem de ônibus. Era uma coisa espontânea. Não precisava ninguém organizar. A universidade na época era uma minoria, então o estudante secundarista era uma base social muito maior. Era um setor mais radicalizado. Eles quebravam os ônibus, espontaneamente. Mas eles (*membros da ditadura*) sempre achavam que tinha alguém organizando e que as cabeças éramos nós. Então, acabávamos sendo presos.



Além disso, a gente não só participava das questões especificamente estudantis. Na defesa da qualidade do ensino, na ampliação de vagas, de laboratório nas escolas, da melhoria da situação de vida, dos salários dos professores. Além dessas questões específicas, a gente participava também das questões gerais do país: na questão da liberdade democrática, da censura, do terror cultural, das transformações das estruturas sociais e políticas do Brasil e da América Latina também. Por conta disso, a gente manifestava, soltava notas, fazia manifestações, sendo presos, constantemente.

Hugo – Em nenhum momento você pensou em desistir? Por medo?

Mário Albuquerque – Não. Acho que jovem não tem medo. Acho que faz parte da natureza do jovem. É preciso dizer também o seguinte: até então, nessas prisões não aconteciam torturas. Até 68, eu fui preso inúmeras vezes. Digo nem preso não, detido. Não me lembro de ter, talvez uma ou duas vezes, dormido, passando a noite detido. Mas, geralmente, era preso de manhã e solto à noite. Porque até 68, até o AI-5, ainda eram vigentes no país algumas garantias constitucionais. O habeas corpus, por exemplo, que foi suprimido com o AI-5. E a prisão era feita com mandatos à luz do dia. O advogado nos acompanhava, você sabia para onde estava indo, a família também ia lá. Então, não dava pra ter esse medo. Esse medo veio realmente depois do AI-5. Aí, fazer oposição à ditadura passou a significar um risco de vida, porque as prisões passaram a ser feitas sem mandato judicial, acompanhado no meio da noite, geralmente de madrugada, com invasões de lares. Pessoal era levado encapuzado, sem saber pra onde ia. Sumia, desaparecia. A imprensa estava completamente censurada, não saía nada. Se você sobrevivia, escapava, não era morto nem desaparecido como até hoje tem vários, eles montavam uma fachada qualquer pra prisão, contavam uma história qualquer. Foi o terror total! Mas antes não. Até 68 as prisões eram mais consentidas.

A Associação 64/68 Anistia trabalha para que não sejam cometidos os mesmos erros do passado. Seu lema é "Lembrar para não repetir". Está localizada na Av. Carapina, 2425, Benfica.

Célio, irmão mais novo que o Mário, continua participando da luta pelos Direitos Humanos. Ele trabalha como voluntário da Associação três vezes por semana.

Natália foi à Associação, num dia pela manhã, para tentar conseguir depoimentos sobre Mário Albuquerque. A Associação só funciona no período da tarde.

Roberta – Mário, ainda nesse período dessa militância estudantil, como se dava a relação dos estudantes com os outros profissionais que também estavam militando?

Mário Albuquerque – Havia um símbolo, um lema na nossa entidade que era “a aliança operária estudantil camponesa”. A gente pregava essa aliança para fazer uma aproximação política no País. Então havia uma solidariedade muito grande. Entre várias greves que tiveram na classe trabalhadora nós participamos, nós apoiamos. O centro da agitação estudantil da época era aqui no Benfica (*bairro de Fortaleza*), no antigo CEU (*Centro Estudantil Universitário*), onde atualmente funciona o curso de História e onde também muitos trabalhadores iam solicitar apoio e participar. Então havia uma estreita relação. Por outro lado era também militante de uma organização clandestina, do Partido Operário Revolucionário Trotskista, apesar de depois eu ter saído para o PCBR (*Partido Comunista Brasileiro Revolucionário*). Como militante dessa organização, eu participava de reuniões com operários, de pichamentos nos muros da cidade. Os muros eram nosso grande jornal, nosso grande veículo. Sem limitação.

Maira – Mário, como você mesmo falou, você saiu do movimento que seguia a vertente trotskista e passou para o PCBR. De onde surgiu essa vontade de se juntar à luta armada?

Mário Albuquerque – Bom, o Partido Operário Trotskista não era, em princípio, contra a luta armada. Ele achava que aquele não era o momento (*para a luta armada*). Que era precipitado, assim como o PCB também era contra. Que era uma aventura, que ia ter efeito contrário, que ia servir mais para fortalecer a ditadura. Eu fui designado pelo partido para fazer parte de uma escola de formação de quadros, uma escola de formação que você vai ser preparado para ser dirigente partidário. E o partido trotskista tem uma visão internacionalista, onde a estrutura é um pouco parecida com a igreja. Quando você é alçado nesse nível dirigente, você pertence ao partido. Vão te mandar, você tem de ir, como uma espécie de missionário. Então eu fui mandado pra São Paulo, com a orientação de não me envolver com movimento estudantil, movimento de massa em geral, apesar de eu continuar sendo presidente do CESC. Aliás, eu já fui presidente do CESC rompendo orientação do partido. Eu já tinha recebido essa orientação antes, mas eu me dispus quando fui candidato, porque tinha estourado o caso da polícia estudantil. Havia uma polícia estudantil, sim (*risos*). Tinha aqui na época,

acreditem! Que era uma espécie de Forças Armadas da entidade. E eles entrevistaram, deram um golpe e destituíram a entidade, o que é uma coisa completamente ilegal, de acordo com o estatuto. E a partir disso, nós começamos uma campanha para extinguir a polícia estudantil. A coisa tinha de ir para o Congresso, então eu seria a pessoa que ia liderar isso. Por isso eu rompi, não aceitei a orientação da época da organização. Me candidatei e acabamos extinguindo a polícia...

Aí fui pra São Paulo. Eles (*o partido*) cometeram um erro tático terrível: me hospedaram no conjunto residencial da USP (*Universidade de São Paulo*), simplesmente o epicentro do furacão do movimento estudantil da época. Eram vários blocos de departamentos. Não sei se era de A a Z. Até G eu me lembro, porque eu estava nele. E os estudantes já tinham, inclusive, tomado o poder dentro do conjunto residencial da USP. A administração já era feita pelos estudantes. Tinham abolido essa separação de homem e mulher. Era livre e cada um se organizava como quisesse. Era uma efervescência diária e me colocaram nesse meio.

Quando estourou o conflito conhecido como Maria Antônia (*nome da rua onde ocorreu o conflito. Ficava entre a Faculdade de Filosofia da USP e a Faculdade Mackenzie*). A Filosofia da USP era o centro do movimento estudantil e ficava de frente a Mackenzie, que era o centro da direita. Eram conflitos também permanentes, xingamentos. Imagine a época! Aí, você chegando no mesmo horário pra entrar, tinha xingamentos, porradas. Até que estourou esse conflito. Ele era transmitido pela emissora de rádio, como se fosse um jogo de futebol: “Agora uma bomba caiu não sei aonde. Agora um tiro”. E eu ouvindo isso não resisti, me esqueci completamente da orientação. Isso foi em outubro de 68, dois meses antes do AI-5. Peguei um ônibus e fui lá atrás de confusão. Quando eu cheguei, a rua estava bloqueada. Quem estava dentro

“Depois que termina a fase da tortura, você passa uma fase sendo recuperado, pra ser mostrado publicamente, sem marca de tortura”.

Quando finalmente consegui os depoimentos, Natália descobriu que Mário estaria ocupado no horário marcado para a pré-entrevista. Mário havia se esquecido de um compromisso na Assembléia Legislativa.

não saía, quem estava fora não entrava. E ficamos ali, aguardando. Não passou, acho, vinte minutos quando veio a morte do estudante José Guimarães. Bom, aí foi uma explosão de revolta. Porque saiu o que eu chamo de uma “turba ensandecida” pelo centro de São Paulo, conduzida pelo José Dirceu, que era o líder da UEE (*União Estadual dos Estudantes*) na época, com a camisa ensangüentada do estudante. Então foi aquela turba ensandecida pelo centro de São Paulo quebrando, incendiando, virando carro oficial, tudo o que fosse símbolo americano ou da ditadura. Foi uma noite de muito fogo, muita bomba “molotov” (*arma incendiária geralmente utilizada em protestos e guerrilhas urbanas*). Isso marcou minha vida, porque a ditadura estava aumentando cada vez mais a violência. A resposta que ela dava às reivindicações estudantis, à sociedade, ao invés de ser uma negociação, era o contrário. Mais violência, mais prisão, mais barbaridade.

Everton – Foi aí que você decidiu entrar na luta?

Mário Albuquerque – Exatamente. Foi aí quando eu decidi, então, entrar na luta armada.

Ingrid – Mário, você disse, na pré-entrevista, que voltou e casou com a Vera – sua namorada na época – e foi pra Recife. O incidente de São Paulo e a ida a Recife foram os passos antecedentes para sua prisão. Você pode resumir sua relação com a Vera até ser preso?

Mário – Eu namorava na época a Vera, a Vera Rocha, que foi uma importante líder estudantil do Ceará. Era estudante secundarista do Liceu (*Colégio Estadual Liceu do Ceará, um dos mais tradicionais do estado*). Ela também era do partido trotskista, mas só quem estava lá em São Paulo pra esse curso era eu, ela ficou aqui. Então, eu voltei com a idéia de me integrar na luta armada. Não sabia em que grupo. O primeiro grupo que eu procurei foi o PCdoB, pois sabia que ele estava preparando uma guerrilha no sul do Pará (*Guerrilha do Araguaia*). Isso não era segredo de ninguém na militância mais engajada. O PCdoB fechou as portas com um preconceito anti-trotskista. Naquela época, stalinista e trotskista era gato e rato. Então eu entrei no PCBR, que veio pra cá a partir de uns militantes de Recife... Um deles ficou hospedado na casa da minha família. Lá em casa era uma espécie de embaixada. Muita gente que não tinha onde ficar ficava lá enquanto não arranjava local. Mas eu não disse isso pra Vera, porque eu temia que entre ficar no partido trotskista e sair, ela ficasse. Ou entre eu e o partido trotskista, ela ficasse

com o partido trotskista, tal era a estrutura do partido. O pertencimento ao grupo era muito forte e isso era tanto que era muito raro um militante de um partido namorar um de outro grupo. Era muito difícil! E era mal visto. Então, eu só contei pra Vera depois que nos casamos. E, mesmo assim, depois ainda teve um perigo, ela ainda vacilou né! Mas depois, ela mesma se convenceu.

Então, nós constituímos aqui em Fortaleza a direção provisória do PCBR. Até que veio a orientação da organização pra gente ir pra Recife, porque o centro político era lá, onde o partido político tinha mais força. Então nós fomos, mesmo com um pouco de dúvida. Eu fui antes, em abril (*de 1970*), e a Vera foi em maio. Em julho, ela foi presa. Foi presa num aparelho, que era o jargão que a gente usava na época para as nossas casas clandestinas. Estava ali com outro militante, como se fosse um casal normal, esfriando a casa para receber o cônsul americano, que ia ser seqüestrado para ser trocado por prisioneiros políticos. Na época, a única maneira de você libertar preso político era seqüestrando embaixador. Porque não tinha habeas corpus, não tinha nada. E os militantes eram submetidos a cruéis torturas. Mas foi descoberto esse plano antes, e ela foi presa em julho de 70. Nesse ínterim, eu comecei a discordar da organização, da luta armada, também porque os informes que eram dados não batiam com a realidade. A gente era uns quatro “gatos pingados”. A ditadura conseguiu impor um terror tão grande, através da tortura, que começou uma debandada geral. As pessoas caíam fora da organização, indo embora do Brasil, ou mesmo pra dentro do Brasil, pra locais distantes, onde ninguém as conhecesse.

Roberta – E isso aconteceu com militantes de todas as organizações?

Mário Albuquerque – Foi geral...

Fernanda – Com a prisão da Vera, e a sua vontade de abandonar a luta armada, você pensou em sair do partido, do PCBR, e sair do Brasil?

Mário Albuquerque – Bom, eu coloquei essa questão para o grupo, certo? Eu achava que nós devíamos parar a luta armada, não tinha sentido, que era só prisão, tortura e morte. A gente estava isolado politicamente, socialmente... Clandestinos... Nós não podíamos dizer para o povo quem que a gente era. O guerrilheiro tem de ser como um peixe dentro da água. A guerrilha quem faz é o povo, não é um grupo isolado. Então, eu coloquei isso pra organização, propondo que houvesse um recuo. Porque era uma coisa lógica, isso não é nenhuma vergonha, isso faz parte da arte militar. Mas o fator

Máira entrou em contato com Mário e propôs então que a pré-entrevista fosse realizada pela manhã, às 9h. Mário deveria estar na Assembléia Legislativa às 14h.

No dia da pré-entrevista, Mário deu um presente para Máira. O aniversário dela havia sido há alguns dias e Mário pediu desculpas por não ter estado presente na comemoração.

A pré-entrevista durou 3h e a equipe de produção ficou impressionada com a história de vida de Mário. Natália infelizmente teve de ir embora antes do final.

emocional era muito grande. E se pagou um preço muito alto por essa visão, de olhar a realidade pelo lado emocional, e não político. Porque muitos companheiros foram embora do Brasil, inclusive em seqüestros de embaixadores. Quando voltavam para o Brasil, foram assassinados, porque, por conta dessa visão errada, essas pessoas não tinham mais perdão. Mas a Vera foi separada de mim, não sei se intencionalmente, pra receber esse cônsul americano. Tiraram-na da minha convivência, pois dividíamos uma casa. A lógica era eu sair da organização, ou eles me expulsarem. Logo aconteceu a prisão da Vera e criou uma situação meio esdrúxula, porque eu, pra poder me manter ligado à Vera, tinha de estar dentro da organização, porque não tinha ninguém lá, nem família, e ela também. Por outro lado, a organização, também, não podia prescindir de mim, porque tinha muita gente presa e não tinha ninguém pra tocar as coisas. Então eu fui ficando e fizeram vista grossa ao que eu tinha dito. Até que houve a saída da Vera, com o seqüestro do embaixador suíço. Quando a Vera saiu, eu disse, "bom, eu não tenho mais nada a fazer aqui, porque o que me prendia aqui no Brasil e dentro da organização era a Vera". Então me preparei pra ir embora, para o Chile, mas fui preso, na preparação da viagem.

Marina – Mário, diante dessa constatação de que a luta armada não era o caminho, você acha que foi uma questão de jovem, de imaturidade, ter entrado na onda daquilo que você viveu em São Paulo? Você acha que não estava bem informado pra entrar na luta armada?

Mário Albuquerque – Não, eu acho que a luta armada foi uma das opções colocadas na época. Porque a ditadura fechou todos os caminhos de participação. Ficou aquela lógica do amigo ou inimigo. "Quem é contra mim é meu inimigo". E todo inimigo era tachado de comunista, quando a maioria

"É impressionante, os homens, os pais, não visitavam a gente na prisão. Não visitavam! Não agüentavam. Mas, as mães estavam sempre lá."

Para a pré-entrevista, Fernanda levou dois gravadores. A tecnologia a deixou na mão: um descarregou e o outro teimava em não funcionar. A solução foi gravar o áudio no celular.

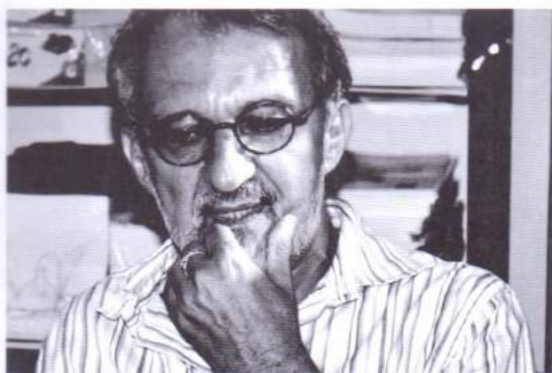
não era. Qualquer oposição à ditadura era respondida com prisão, tortura, assassinato, desaparecimento. Foi uma extrema violência, o que a ditadura fez com o País. Censura à imprensa, intervenção nos sindicatos, letras de música, as artes. Era tudo censurado. Pra vocês terem uma idéia, não se podia nem usar cabelo comprido. Quando Caetano (*Caetano Veloso, cantor*) e Gilberto Gil foram presos a primeira coisa que fizeram foi cortar o cabelo deles na prisão. Quer dizer, foi um sufoco geral. Então (*nesse contexto*) a luta armada se colocou como uma opção. O contexto histórico da época, também: a grande influência da revolução cubana, que tinha mostrado que era possível, sim, derrotar através das armas o imperialismo na América Latina. Aquilo também influenciou muito a todos nós. Porque Cuba mostrou que era possível uma pequena ilha, no quintal dos americanos, derrotá-los. Aquilo era uma opção plausível, provável. Nós fomos derrotados, fomos destrocados, através da tortura, mas marcamos uma página muito importante na história do Brasil. Mostrar que a ditadura tinha de ser enfrentada de qualquer maneira.

Marina – Mas Mário, a sua participação específica, você avalia como imaturidade?

Mário Albuquerque – Não. A questão de eu depois me indispor e propor que houvesse uma parada, um recuo, não era abandonar a luta armada. Era um recuo tático. Naquele momento ali não adiantava fazer um enfrentamento. Nós tínhamos que fazer um recuo de forças para nos reorganizar, para, um dia, nos lançar em novas ofensivas. Entendeu? Também porque eram dados informes como se tivesse indo às mil maravilhas, que o povo tivesse apoiando. E não era verdade. Não era uma questão de princípio contra a luta armada. É que, naquele momento, a tática nossa devia ser um passo atrás. Dar um passo atrás para poder dar dois passos à frente.

Fernanda – Você disse na pré-entrevista que, quando foi preso no DOPS, além da tortura física, você também sofria bastante com a tortura psicológica. Como era?

Mário Albuquerque – Olha, a tortura psicológica... Principalmente, envolveu uma irmã minha. Eu tenho uma irmã, que até hoje mora no Canadá, que tem muita dificuldade de vir ao Brasil, ela veio aqui uma vez só. E ela foi presa acidentalmente, a confundiram com a namorada de um companheiro que estava preso. Aconteceu o seguinte: quando eu fui pra Recife, fiquei clandestino lá, e eu mantinha um encontro, todas as férias com a minha irmã, para receber notícias da família e também, pra eles também sabe-



rem notícias minha. Num desses encontros, em janeiro, eu faltei. Exatamente no período em que eu estava me preparando para ir embora para o Chile. Porque a Vera foi libertada no mês de janeiro. Bom, ela ficou desesperada porque eu faltei ao encontro, e foi na penitenciária, a casa de detenção do Recife, onde estava preso um companheiro, e esse companheiro do PCBR, que veio comigo pra cá, ficou na casa da minha família, estava preso lá, foi preso junto com a Vera. Ela foi lá, desesperada, pra saber notícia minha... Chegando lá, eles confundiram com a namorada dele, porque interceptaram uma carta da namorada dele dizendo que ia visitá-lo na prisão e a namorada era procurada. Prenderam ela. O que se passou lá até hoje ninguém sabe, porque ela não fala... Ela passou cerca de dez dias presa.

Roberta – Como é o nome dela?

Mário Albuquerque – Nádja.. Ela era professora aqui da Escola Pública Municipal. Eu fui preso no dia seguinte que ela foi liberada. Ela foi solta dia quatro, eu fui preso dia cinco. Eu sabia que ela tinha sido presa, mas eu não sabia que ela tinha sido solta, e eles perceberam isso. E jogaram isso na tortura. Torturavam alguém e diziam que era ela que estava sendo torturada. Isso foi, pra mim, foi pior do que qualquer outra tortura. Ela não tinha envolvimento político... Ela tinha um envolvimento político, mas muito tênue... Ela era contra a ditadura... Eu acho até que ela nos ajudava em alguns pichamentos, de carregar o balde. Porque naquela época não tinha spray, a gente fazia um bastão, caseiro, ou então fazia uma tinta e, com pincel, alguém tinha de carregar o balde com a tinta. Acho que ela ajudava, participando de algumas ações dessas. Porque a luta contra a ditadura não envolvia só militantes engajados clandestinos, não. Envolveu pessoas sem engajamento nenhum... Cidadão normal, comum, como a minha irmã, que não pertencia a nenhum grupo político. Talvez aí entrasse, um pouco, o envolvimento afetivo, o fato de ser irmã. Bom, então essa tortura psicológica, até hoje isso é terrível, porque ela entrou

num sentimento de culpa, achando que foi responsável pela minha prisão, coisa que não tinha nada a ver, porque ela não sabia nada de mim, onde eu morava, nem nada, onde é que eu me escondia, ninguém podia saber... Mas ela ficou com esse sentimento de culpa até hoje. Ficou se sentindo responsável pela minha prisão. Inclusive, ela foi para o Canadá por conta disso que aconteceu. O meu irmão Pedro estava exilado no Canadá, já em setenta e pouco, foi quando conseguiu levar ela pra lá, pra ver se ela, lá, conseguia refazer a vida dela. Ela realmente reconstruiu a vida, ela ate hoje mora lá, casou, está bem, tem filhos.

Maíra – Vocês fizeram uma coisa inovadora. Foram o primeiro grupo a fazer uma greve de fome bem sucedida no DOPS para exigir a transferência para o presídio. Como surgiu essa idéia e como foi essa mobilização?

Mário Albuquerque – Pode ser que haja fato semelhante, eu não conheço. Aconteceu o seguinte: quando nós fomos presos, quando eu fui preso, em cinco de fevereiro de setenta, e, a partir daí outras prisões aconteceram, tinham sido presos, antes de mim, a Lídia Guedes, que é aqui do Ceará, que era estudante secundarista, e o Odijas Carvalho, que era um estudante alagoano, mas fazia faculdade em Pernambuco... Perseguido lá, veio para Fortaleza. Assim como eu fui pra lá, pessoas vinham pra cá, procuravam outro Estado e ficavam mudando... E o Odijas foi preso, na mesma casa onde eu morava. Um prédio na praia de Maria Farinha em Pernambuco, no município de Paulista. Quando eu fui preso, eu vi o Odijas sendo carregado, arrastado, ouvi os gemidos dele... Eu fui colocado contra a parede, mas (*com*) o chamado "rabo do olho", quer dizer que deu pra mim (*eu*) ver, que ele estava sendo retirado. Isso no dia cinco, e, oito dias depois, ele morreu, em consequência da tortura, embora, como a ditadura fazia na época, eles deram outra versão, como Vladimir Herzog (*jornalista da TV Cultura*) virou suicídio, o caso dele virou embolia pulmonar. Aí aconteceu um fato inédito. A viúva dele (*Maria Ivony Loureiro*) estava presa lá com a gente. Quando ela soube – vejam, pessoal, a Delegacia de Ordem e Política Social (*DOPS*) era uma repartição pública normal, tinha expediente normal, pessoas iam lá tirar folha corrida da polícia, atestado... E a gente era torturado durante o expediente normal, entendeu... Era um bocado de gente lá, circulando, pra tirar documento...

Marina – As pessoas não ouviam nada?

Mário Albuquerque – Não sei se ouviam. Acho que sim. Assim como a gente ouve. As

Durante a pré-entrevista com a produção, Mário revelou que, na época em que se filiou ao PCBR, o livro de Jorge Amado "Os subterrâneos da Liberdade" era uma leitura quase obrigatória no Partido pela mitificação do papel do militante.

O livro, publicado em 1954, retrata a luta do povo brasileiro contra a ditadura de Getúlio Vargas no período do Estado Novo. O livro tem três volumes: Os Ásperos Tempos, Agonia da Noite e A Luz no Túnel.

Mário revelou que no período em que esteve preso, acompanhava notícias da Guerra do Vietnã (1959-1975), espelhando-se na resistência dos vietnamitas para continuar na luta contra a ditadura no Brasil.

As pessoas hoje ouvem gente sendo torturada em delegacia. Se ouve, se sabe, a gente vê. Eu vi, há pouco tempo, gente sendo torturada publicamente. É porque essa cultura da tortura, da violência é muito forte no nosso País. Isso vem desde a escravidão, o negro não era gente, como o pobre não é gente, como terrorista (*refere-se ao termo usado pela ditadura para identificar os militantes políticos*) não era gente. Então, tem também o medo das pessoas de enfrentar isso. Elas não são coniventes. A maioria é medo.

Vocês viram aquele filme *Zuzu Angel*? (*Brasil, 2006*) Ela joga uma carta e as pessoas fazem de conta que não vêem. Por isso a dificuldade de enfrentar a questão da tortura em nosso País. Porque não é questão só da repressão, é da sociedade como um todo. Tem uma parte que foi conivente com isso. É... mas, ela fez um escândalo... ela aproveitou, pediu pra ir no banheiro, numa passarela lá, ela viu tudo lá embaixo e aí fez um escândalo, e gritou que o marido dela tinha sido assassinado sob tortura e aí foi um "bafafá" dentro da delegacia, uma confusão dos diabos, e aí aconteceu um fato inédito nessa fase da tortura... Porque a fase da tortura, você fica incomunicável, nem a família sabe onde é que você tá. Depois que termina a fase da tortura, você passa uma fase sendo recuperado, pra ser mostrado publicamente, sem marca de tortura. E eles têm técnicas também para não deixar marcas, tem curso de tortura nos Estados Unidos, a Escola das Américas, na Inglaterra, na França...

Então eles pararam a tortura, pararam quando nem tinha começado a tortura com a gente... Atribuímos logo ao fato da morte do Odijias ter saído a público na cidade de Recife. Porque, como ele foi levado para um hospital público... Até então, a repressão em Pernambuco era estadual, era DOPS. Depois é que eles montaram uma estrutura clandestina, os DOI-CODE (*Centro de Operações de Defesa Interna*), inclusive com um médico presente. A pessoa não era mais levada pra hospital público. Porque o Odijias foi levado pra esse hospital público e a notícia correu na cidade, eles não puderam abafar. Então o clamor foi grande... Tinha gente lá presa entre nós que era namorado da filha do Secretário de Segurança do Rio Grande do Norte... O outro, filho de um empresário, o outro, filho não sei de quem... De gente importante lá de Recife. As famílias ficaram apavoradas e, claro, usaram as influências políticas, porque essa estrutura da repressão, o DOPS, era permeável às influências. Por isso que eles montam a defesa clandestina, porque era permeável. E isso reper-

Em pré-entrevista, Mário afirmou que, após sair da prisão, tinha o pesadelo recorrente de que estava voltando ao cárcere. Os pesadelos só desapareceram depois que Mário passou a dar palestras e conversar sobre o tempo que passou preso.

cutiu lá dentro e eles pararam e tiveram de abrir pra visita, nunca houve isso. A visita só acontecia depois, na penitenciária, com o cara recuperado da tortura. E a gente sentiu a fraqueza deles. E a gente sabia que aquilo também ia passar, que era pra dar uma satisfação, e depois o pau ia voltar a comer de novo. Então nessa hora a gente disse: "vamos aproveitar o momento". Porque era uma questão de vida e morte... Já que a gente vai morrer, vamos jogar essa cartada aqui. Vamos entrar em greve de fome para solicitar nossa transferência para a penitenciária. E a gente fez essa greve de fome. Foi interessante porque a gente sabia que eles iam dividir a gente, pra evitar contato e a gente estabeleceu um sistema de comunicação através de músicas, de música nordestina, música de Luiz Gonzaga, através do assovio... *Asa Branca*... assoviar *Asa Branca* significava não sei o quê. Assoviar *Assum Preto* significava outra coisa... E foi uma coisa tão incrível, que eles nunca conseguiram burlar esse sistema nosso. Eles tentaram de várias formas nos separar, dizendo: "Oh, fulano deixou, já tá comendo, rapaz... Só tu que é besta aí, sozinho nessa greve"... Mas a gente assoviava aqui, e o outro...

Fernanda – Mário, depois que houve essa greve de fome vocês foram transferidos para uma penitenciária?

Mário Albuquerque – Não, nós fomos para um quartel. É o seguinte: em toda reivindicação a gente bota uma coisa máxima, pra conseguir alguma coisa, certo? Então nós exigimos o máximo, que era a penitenciária. Você sempre tem de deixar uma saída honrosa, para o inimigo, pra ele não se mostrar completamente derrotado. Qual foi a saída honrosa? "Penitenciária? Não!... Vai pro quartel" "Ótimo!". O importante era a gente sair dali, daquele inferno da tortura. Porque o quartel já era diferente, o quartel da Polícia Militar era uma coisa que, na época, não estava adaptado pra tortura. Era mais acessível. Então, houve três paralisações, não foram dez dias diretos. Eles vinham com: "Não, nós vamos atender, mas precisamos que vocês parem pra gente negociar". Aí a gente avaliava: "Tudo bem, a qualquer momento a gente volta". Os caras não cumpriam a promessa, a gente voltava de novo...

Roberta – Havia outros cearenses presos contigo, nessa época?

Mário Albuquerque – Não, nessa época era só eu.

Natália – Mário, durante os nove anos de prisão, qual foi o contato que você teve com a sua família, que estava aqui fora?

Mário Albuquerque – Bom, nove anos de

prisão... Eu fui ver minha família, depois que eu fui preso, cerca de quatro meses depois. Minha mãe me visitou lá nesse quartel da Polícia Militar de Pernambuco.

Everton – Inclusive, sua mãe teve uma atuação importante nesse processo da prisão, né?

Mário Albuquerque – Tem (*teve*)... muito. Porque, veja bem: meu pai perseguido... Meu irmão mais velho, Pedro, preso – depois teve de se exilar com a mulher, a Tereza –, eu e a Vera, a minha irmã (*Nadja*), um outro irmão, o Célio, que é o mais novo dos três – foi preso com dezoito anos de idade, passou um ano preso, por causa de um pichamento que ele fez pregando o voto nulo na eleição de 1970 ... Bom, a minha mãe faz parte de um momento da história do Brasil em que a natureza teve de recorrer, pra defender a vida, à sua expressão mais elevada, que é a mulher. É impressionante, os homens, os pais, não visitavam a gente na prisão. Não visitavam! Não agüentavam. Eu não sei se é fator cultural... Não sei o que é. Mas as mães estavam sempre lá. Em defesa dos filhos, minha mãe não tinha “papas na língua”, nem tinha obstáculo. Ela invadia sala de general, ela “botava o maior boneco”, como a gente chama hoje. Acho que isso foi um fator muito importante pra gente, essa atuação dela. Muita coragem!

Maíra – Mário, você contou pra gente que na época do seu julgamento ela chegou a interferir, a pedir por você, dizer que você era muito novo... E acabou que o resultado do julgamento foi que você foi condenado a vinte e três anos, que era a idade que estava fazendo. Como foi essa história?

Mário Albuquerque – Bom, é aquilo: mãe é mãe, né? Bom, minha mãe não era uma militante política, ela era uma mãe. Ela despertou pra consciência política a partir disso aí. Aliás, não, eu retifico: ela participava de um comitê de mães aqui do movimento estudantil. Mas o envolvimento dela maior veio a partir disso. Então, ela procurou o auditor militar lá de Recife, que era um auditor muito cruel. Pra vocês terem uma idéia, era um auditor que assistia às nossas torturas. O juiz que ia te julgar assistia às tuas torturas. Antônio de Seixas Teles. Faço questão de dizer o nome! Já faleceu. Espero que ele esteja nas profundezas dos infernos... (*risos*) Minha mãe foi procurá-lo porque o julgamento estava marcado para o dia 23 de novembro. E eu ia completar 23 anos no dia 21 de novembro. Então minha mãe foi lá, apelar para o coração de pai dele, que ele compreendesse minha juventude, 22 anos, inclusive estava fazendo aniversário e tal... E ele alimentou as esperanças da minha mãe,

“A coisa mais terrível da prisão é você perder a sua individualidade. Você tem de reinventar a vida lá dentro”.

dizendo que ela não se preocupasse que ele ia dar um bom presente de aniversário. E me deu exatamente 23 anos de condenação! Pra você ver, o nível de sadismo que envolvia esses tribunais militares. Porque, na verdade, esses tribunais eram uma farsa. Não adiantava você dizer ali, mostrar provas, nem nada. Nós denunciemos a tortura, denunciemos tudo... Nunca foi mandado apurar nada. Inclusive aquele projeto Brasil Nunca Mais foi tudo tirado de documentos oficiais, de auditorias militares. Nada foi inventado. Tudo foi tirado de documento oficial e até hoje está aí impune, nada se faz.

Roger – Mário, alguns companheiros de luta contra a ditadura acabaram perdendo os generais, os militares. Como, por exemplo, o seu irmão Pedro Albuquerque, que chegou a ajudar um general que ele encontrou em um asilo. Mas pelo jeito que você falou, você realmente não perdoou pessoalmente? Como é que você reage a isso?

Mário Albuquerque – Olha, esse caso do Pedro não foi um general, foi um... Não sei nem se era soldado, era um *bate pau*!. Havia nas Forças Armadas aqui, muito essa figura do *bate pau*, eram aquelas pessoas que prestavam serviços à polícia, sem pertencer oficialmente. Eu acho que era mais essa figura aí, que o Pedro encontrou com ele, que prendeu o Pedro e humilhou muito ele. Era um pobre coitado, um miserável, tanto que ele está abandonado, não sei se ele é vivo ainda, com as pernas amputadas, abandonado em um asilos desses para idosos. E o Exército esqueceu ele. Inclusive não reconhece ele. Então o Pedro teve um gesto muito nobre, que eu acho correto. Porque esses coitados, eles são pobres coitados, desses aí eu não tenho a menor raiva. Sou capaz de perdoar esses pobres coitados. Agora, não perdôo generais, porque sabem o que estão fazendo. Porque o pior torturador não é o que bate em você, esses são pobres coitados, inclusive a maioria está embriagada, drogada, estão ali porque se

No dia da reunião de pauta, Maíra levou um pôster dado a ela por Mário no aniversário de 15 anos. O pôster era uma recriação livre do cartaz “Procuram-se terroristas”, da época da ditadura.

Inicialmente, a entrevista estava marcada para o dia 13 de Maio. Contudo, Mário desmarcou porque estaria em Brasília. A solução foi realizar a entrevista no dia seguinte.

Para aumentar a tensão do grupo, descobrimos que o laboratório que iríamos usar na entrevista havia sido reservado para a nossa turma e para outra atividade ao mesmo tempo. A entrevista aconteceu na sala do professor Ronaldo.

não fizerem aquilo são expulsos. Esse peão da tortura, esse eu não tenho nada (*contra*). Embora eu ache que deveriam ser julgados. Agora, os generais não. Os oficiais não. Eles sabiam o que estavam fazendo.

E a tortura foi coisa institucionalizada em nosso País. Tá lá (*Tem*) o célebre diálogo do Geisel (*Ernesto Geisel, presidente militar de 1974-1979*) com seu ministro do Exército, Dale Coutinho (*Vicente de Paulo Dale Coutinho*), em que o Geisel diz: "Tem mais é que matar". O Geisel que era o general da Abertura! Eu não defendo vingança, nesse aspecto eu sou confuciano (*Pensador chinês, 551-479 a.C*), nem sou aquela visão cristã de "Ao bem o bem e ao mal o bem também", nem sou Talião, "olho por olho e dente por dente". Eu sou justiça. Ao bem, o bem e ao mal, justiça. E é o que nós estamos precisando no nosso País. E não encaro essa questão somente em relação ao passado não, eu encaro também pensando no presente, porque essa impunidade dos torturadores tem um grande parcela de responsabilidade por esse nível de violência que nos temos aqui no Brasil. Porque veja, quem foi torturado ali foram pessoas da classe média, intelectuais, jornalistas, deputados, parlamentares, padres, pessoas da classe média pra cima, e nada aconteceu. Então, qual é a mensagem que se passa pra os órgãos de polícia e repressão? Pode torturar! Pobre, então, não tem problema (*Ironia*)... Que não vai ser punido.

Então, a nossa grande preocupação, quando se defende que os torturadores sejam julgados, não é revisar o passado. Não traz nada pra gente de volta. Entendeu? Saiu agora um livro recente, é: *Luta, Substantivo Feminino*, (*Luta, Substantivo Feminino – mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*) – se não me engano –, que é um relato de mulheres torturadas. Tem duas aqui do Ceará: a Lílian Guedes e a Socorro Diógenes. Olha, eu que estou há tanto tempo envolvido nessa história de memória, não agüentei ler o livro. O que as mulheres passaram, (*o que elas*) descrevem de tortura... Os caras barbariza-



Nenhuma sala poderia ter propiciado um clima mais adequado: convidado e entrevistadores estavam sentados em meio a antigas edições da Revista Entrevista.

ram com as mulheres. Isso não pode ficar impune! Não dá! Não tem condição! Então, nem que seja até o fim de nossas vidas, nós vamos lutar por isso. Não com sentido de vingança, (*mas*) pensando no País que nós queremos legar para as gerações futuras. Porque a impunidade só faz é aumentar. Essa política de vamos olhar para a frente é a pior coisa que existe.

Na ditadura getulista (1937-1945), do Estado Novo, também houve tortura. Veio a anistia, redemocratização, em nome do futuro... Olhar para frente, não se falou nada, não se tocou em nada... Aí veio sessenta e quatro: pior. A situação dos desaparecidos políticos, que tá aí até hoje! Várias famílias com esse drama de não poder cumprir o seu ritual cristão de enterrar seu ente morto, quer dizer, um crime continuado, extensivo à família, o crime, o sofrimento. Então, se nós não fizermos isso, não punirmos os torturadores, nós estamos transferindo para gerações futuras um legado, uma fatura muito maior. Eu achei essa decisão do STF (*Supremo Tribunal Federal, instância máxima do Judiciário no Brasil*), antes de tudo, irresponsável com o futuro do nosso País. Porque isso é um estímulo ao crime. É uma decisão do STF de não punir os torturadores, de não aceitar a revisar a Lei da Anistia, pra punir os torturadores. O Brasil está num processo de crescimento, de desenvolvimento e isso aí é um fator de impedimento. O Brasil vai ser punido nas Cortes Internacionais de Direitos Humanos. Vai ser punido e sancionado, e isso vai afetar, inclusive, o aspecto econômico. Porque não se concebe auto-anistia, porque isso é auto-anistia! Ora, é muito fácil: você rompe, rasga a Constituição, dá um golpe, comete a barbaridade, e, quando vê a coisa preta, se dá uma auto-anistia, fica por isso mesmo. Que é isso? Isso não existe em canto nenhum. Nenhum Direito, nenhum país aceita isso, nenhum!

Roger – Durante a pré-entrevista a gente ficou sabendo que você aproveitou para, quando teve acesso à leitura, procurar conhecimento. Como se deu esse processo?

Roberta – Como vocês se organizavam e como faziam para conversar sobre isso com outros presos políticos?

Mário Albuquerque – Bem, eu passei uma noite no xadrez da polícia. Depois passei quase nove anos preso em várias penitenciárias. Além do local da tortura, eu estive na Casa de Detenção de Recife, no DOPS, Quartel da Polícia Militar e da Polícia Marítima, Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá, e Instituto Penal Paulo Sarasate (*no município de Aquiraz-CE*). Olha, nenhuma sociedade pode prescindir

de repressão, de sistema de punição, mas nós temos de inventar outras formas. Porque essas prisões no Brasil, isso é senso comum hoje, não recuperam ninguém, é uma escola do crime. Nós éramos diferentes, claro, que, como nós tínhamos outra visão de vida, nós nos reorganizamos internamente. Essa reorganização dos presos políticos em coletivos é inclusive uma tradição histórica de prisões políticas no mundo todo. No sistema da prisão, nós temos o nosso próprio sistema. Os presos comuns em geral não fazem nada, pouquíssimos trabalham, a maioria vive na ociosidade e eles só se seguram na prisão por causa da droga, da maconha que eles tomam, que, de certa forma, tem a convivência da direção, que sabe que, se não for assim, a prisão explode. Nós não. A gente tem um sistema interno de organização, de funcionamento, de horários, de silêncio, de tempo para estudo, para cursos.

Lá em Recife, por exemplo, tinha muito camponês preso, analfabeto, então nós os alfabetizávamos. Como tinham muitos professores universitários e intelectuais presos, tínhamos cursos de línguas e também de estudo político, de Filosofia, História. A gente se organizava dessa maneira. Porque a luta armada exige uma ação direta, você não tem tempo para estudar realmente. Como estava precisando, aproveitei o tempo livre pra ler. O acesso de livros na prisão variava de prisão para prisão e, também, de época para época, de humor, de vários fatores. Por exemplo, em Itamaracá, foi uma coisa terrível, ali era um campo de concentração, inclusive do ponto de vista arquitetônico. Lá não entrava livro, era muito difícil. Até uma revista como a do *Tio Patinhas (revista de histórias em quadrinhos antiga)*, por exemplo, que era uma revista do "imperialismo", como a gente chamava, era difícil. Eles eram tão sádicos que arrancavam uma página do meio da historinha ou de um livro. Entendeu? Liberavam a entrada de livros e depois faziam isso.

Hugo – Que tipo de livros vocês liam?

Mário Albuquerque – Livros publicados no País. Embora a gente conseguisse também muitos livros clandestinamente, porque, na prisão, entra tudo. A vida se recria toda lá dentro. O que tem aqui tem lá fora, o que tem fora, tem dentro também. Ou por humanidade de algum dos guardas ou por dinheiro. Então a gente recebeu um monte de livros e documentos também clandestinos. (*Tinha*) Doutrinário, todo tipo.

Marina – Vocês tinham acesso a jornais?

Mário Albuquerque – Dependia da prisão. Na Casa de Detenção de Recife, que era no centro de Recife, nós recebíamos

“Tem um jargão na prisão de que até dois anos você tira a cadeia pendurado pelos ovos. Até dois anos dá pra você aguentar, depois de dois anos, a coisa pesa”

os jornais do sul do País diariamente. Já no IPPS (*Instituto Penal Paulo Sarasate*), a gente recebia livros normalmente, porque nós convencemos a direção do presídio que não havia sentido em censurar livros que já eram censurados. O livro só era publicado passando pela censura, então como é que a direção do presídio iria censurar o livro da censura? Nós conseguimos argumentar isso e convencemos o diretor. Eu mandava dizer isso para os meus companheiros de Recife e de outros estados, e ninguém acreditava que aqui, no Ceará, havia uma prisão como o IPPS. Hoje é um depósito de presos, mas na época realmente era uma prisão. É uma contradição chamar uma prisão de boa, mas posso dizer que era uma prisão boa. Por exemplo, tínhamos cela individual, o que é um sonho para um preso, porque a coisa mais terrível da prisão é você perder a sua individualidade. Você tem de reinventar a vida lá dentro. O tempo não existe. Você tem de inventar e se ocupar, porque é uma coisa maluca.

Roger – Qual era a sua preferência de livro na prisão?

Mário Albuquerque – Até hoje eu gosto de ler de A a Z, de avestruz a vaca, como se diz. Eu tenho muito medo da minha mente ir para um caminho só. Eu leio tudo, até bula de remédio. Até hoje eu tenho costume de ler classificados de jornal. Sou um leitor inveterado, leio vários livros ao mesmo tempo. Para mim, foi muito importante a leitura na área da Psicologia e na área de História. Descobri que algumas coisas que eu achava que eram novidades, que eu estava inovando, não eram, eram coisas velhas, antigas. Isso é o mal de uma ditadura, porque a gente perde a publicação de livros no nosso País e passa a cometer erros velhos. Erros, nós vamos sempre cometer, mas vamos cometer erros novos,

A sala pequena da entrevista foi acolhedora para os entrevistadores, mas nossa fotógrafa teve dificuldades de movimentação. Nada que prejudicasse a qualidade das fotos.

Em pré-entrevista, Mário Albuquerque afirmou que adquiriu o costume de ler a seção de Classificados dos jornais das cidades pelas quais passava.

Para Mário, os Classificados representam uma análise sociológica do lugar e é o melhor meio de informação para realmente conhecer uma cidade.

não velhos, e só a cultura e a leitura podem nos dar isso. Então, eu lia livros de História, literatura e romance. Eu acho fundamental a leitura de romances, é uma condensação multidisciplinar e digo isso para os meus sobrinhos, olha "Leiam romances!". E Psicologia, principalmente Freud (*Sigmund Freud, psicanalista austríaco*) e Reich (*Wilhelm Reich, psicanalista austríaco*).

Evelyn – O que significa a liberdade para você?

Mário Albuquerque – A liberdade é vida. Eu entrei na prisão, catapultado para dentro e para fora. Quem passou tanto tempo dentro da prisão, deveria passar por uma quarentena, como os astronautas passam quando voltam de vôos espaciais. Como você é jogado para dentro, é um choque terrível. Mas ser jogado para fora da prisão, depois de tanto tempo dentro, também é um choque. Quando fui preso, Fortaleza tinha 700 mil habitantes (*Atualmente, a cidade tem 2,4 milhões de habitantes*), poucas pessoas tinham possibilidade de viajar de avião. Até a Rio-Bahia (*como era conhecida a rodovia federal Lúcio Meira ou BR-393*) era estrada carroçável, não tinha asfalto. A televisão estava começando, a chegada de jornais do sul do País era disputada a tapa. Todo mundo ia esperar à noite, na Praça do Ferreira, às 22 horas, a chegada dos jornais. Eu saí nove anos depois em uma cidade completamente transformada, pois a ditadura ocasionou uma grande mudança urbana na cidade. Era um país essencialmente rural e virou um país urbano. Eu era conhecido na cidade, andava e todos me conheciam do Movimento Estudantil. Quando saí, ninguém me conhecia, eu era como um estrangeiro aqui. Os que me conheciam se dividiam em dois grupos: um se assustava achando que eu tinha morrido, o outro mudava de calçada para não falar comigo.

Então foi um choque muito violento ver essa cultura completamente diferente com um individualismo muito grande. O padrão alimentar também estava completamente diferente, tudo era industrializado. Para se ter uma ideia desse choque da liberdade, eu cito o exemplo do cinema. Primeira vez em que eu fui assistir a um filme no cinema, meu globo ocular não abarcava a tela, porque passei nove anos vendo televisão na telinha. Passei um ano com disenteria da alimentação. A primeira coisa que fiz quando botei o pé fora foi pedir uma cerveja, apesar de beber lá dentro. Nós montávamos as nossas destilarias caseiras e fazíamos caçaça.

Fernanda – Como foi o processo de saída

"Primeira vez que eu fui assistir a um filme no cinema, meu globo ocular não abarcava a tela, porque passei nove anos vendo televisão na telinha"

da prisão?

Mário Albuquerque – Eu fui o antepenúltimo preso a sair da penitenciária em Fortaleza. Foi uma situação surreal porque os meus processos eram vinculados à auditoria de Recife e eu fui transferido para o IPPS. Em Itamaracá, a prisão era terrível. O isolamento era grande, assim como o terror sobre os presos e as famílias deles, sem comunicação. A alimentação era terrível, a base de milho e ovo cozido. Tudo indica que eles queriam provocar para que a gente reagisse ou executasse uma fuga ou rebelião, pois eles nos matariam como houve casos na Argentina.

Então nós (*os presos*) resolvemos o seguinte: quem pudesse se transferir sairia para poder denunciar o que estava acontecendo. Como tenho família em Fortaleza, consegui mudança para cá. Outro conseguiu para o Rio de Janeiro, outro para Natal e outro pra Juiz de Fora. A partir daí, nós denunciávamos o que estava acontecendo, houve uma greve de fome em todos os presídios brasileiros pra denunciar Itamaracá, repercutindo inclusive no Congresso Americano, através do senador Robert Kennedy, tal eram as condições dos presos políticos de Itamaracá.

Quando veio a Anistia (*Lei da Anistia, promulgada em 28 de agosto de 1979*), o auditor militar em Recife recusou-se a liberar a gente. Lei que anistiava torturador e que não liberava nem todos os presos políticos. É uma mentira dizer que a anistia foi ampla, geral e irrestrita. Uma grande mentira! Ela foi ampla, geral e irrestrita para os torturadores, mas para nós não. Para nós foi restrita, muitos não saíram da prisão, muitos saíram na condicional, tiveram de se apresentar todo mês a uma auditoria militar por mais de um ano. Um auditor em Recife era tão reacionário que se recusou a aplicar a lei da Anistia da ditadura e não liberava

Antes de responder a primeira pergunta, Mário Albuquerque manifestou gratidão e satisfação em estar participando do projeto da revista do laboratório de Imprensa.

os nossos alvarás, criando uma situação surreal porque companheiros que foram condenados à prisão perpétua saíram e eu fiquei. Para que eu e os demais vinculados a Recife pudessem sair, precisou a ditadura substituir o auditor. Nomear outro para liberar os alvarás. Acho que saí um ano depois, em 1980.

Roger – Quem foi o último e em que data saiu?

Mário Albuquerque – O último foi José Sales de Oliveira, já é falecido, um amazense radicado no Ceará. O penúltimo foi o Valdemar Rodrigues de Menezes, o editor de opinião do jornal *O Povo* hoje.

Natália – Como se deram seus primeiros passos fora da prisão e como você se envolveu com a Associação 64/68 Anistia e as comissões de Anistia Estadual e Federal?

Mário Albuquerque – Bom, eu saí da prisão em um domingo à noite. Por mais que toda hora seja boa pra sair da prisão, domingo à noite é triste porque geralmente a gente tinha uma festa pra receber família e amigos, mas na segunda-feira todo mundo trabalhava, então ninguém podia estender muito a festa. Houve uma festa, uma recepção na casa da minha família, mas os amigos logo tiveram de ir embora. O importante era ter saído da prisão. Eu não consegui dormir. Passei a madrugada andando com meu irmão Célio pelo Conjunto José Walter (*bairro de Fortaleza-CE*), onde minha família morava na época. Eu passei a noite respirando, literalmente, o ar da liberdade. Era uma noite muito bonita, acho que era o quarto ou quinto dia de lua cheia. Então, passei a noite na liberdade, sem acreditar que estava ali.

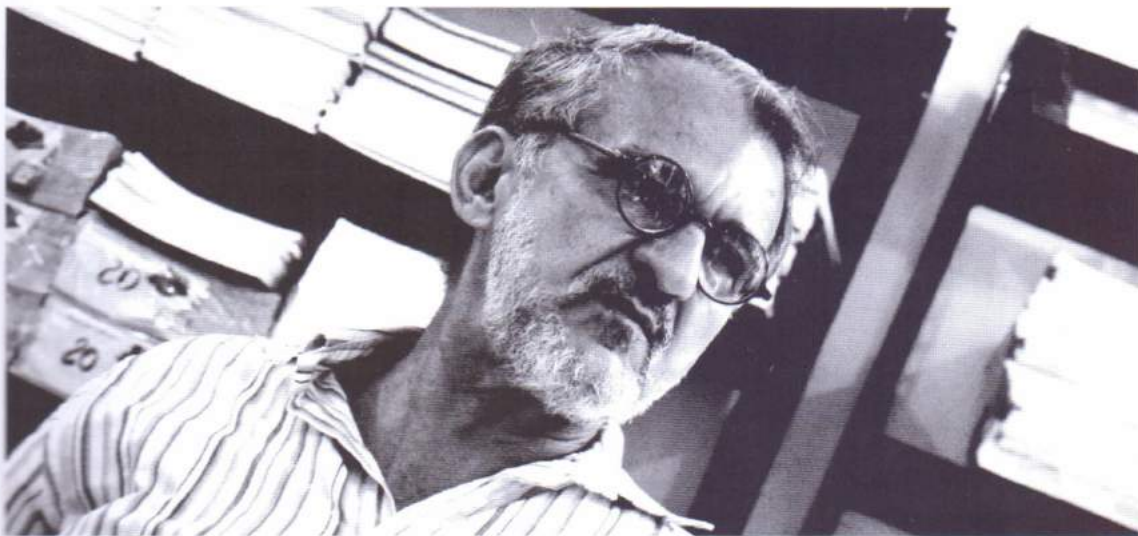
Fernanda – Você buscou algum tipo de terapia para superar o trauma?

Mário Albuquerque – A minha terapia tem sido a vida. Eu me joguei na vida. Sem-

pre fui assim. Procurei me envolver com os movimentos da atualidade. A prisão foi um processo que me desestruturou pessoalmente, principalmente a tortura, que me desestruturou bastante. Para mim, a expressão maior disso é o caso do Frei Tito (*Frei Tito de Alencar Lima, 1945- 1974*), que tirou a própria vida porque não conseguiu mais se reconstituir psicologicamente. Na formação cristã dele, na qual o homem é a imagem e semelhança de Deus, ele não concebia como seres humanos seriam capazes de fazer aquilo com ele. Claro que eu não fui torturado no nível do Frei Tito, mas cada um tem seu limite também. Além disso, teve uma desestruturação no campo afetivo, pois só fui reencontrar a Vera nove anos depois, né? A Vera era minha companheira. Eu tinha 22 anos e ela tinha 21, éramos muito jovens. Tomei uma posição que eu achei que era correta, pois sabia que ia passar um bom tempo preso, e a liberei do compromisso comigo para que ela pudesse reestruturar a vida dela. Ela estava fora do Brasil (*no Chile*) e podia reconstruir sua vida. Até para não ficar sofrendo dentro da prisão e porque sabia que era irreal exigir que me esperasse.

Além disso, minhas convicções políticas também foram abaladas, porque muito do que eu pensava era produto das circunstâncias da época. Não foi aquele pensar sedimentado na leitura. Então resolvi suspender meus juízos, até que viesse ratificar aquilo como se fosse uma coisa de mim mesmo, mais sólida. Vi muita gente abandonar completamente a luta, mudando de ideia, chegando a passar para o outro lado. Tenho uma imagem que é a de um edifício que rui e você tem de reconstruir esse edifício, aproveitando daquele edifício que ruiu o que pode ser aproveitado. Então iniciei esse processo na prisão, foram nove anos

Não só pelo convite da Maira, sua amiga, mas pela importância que a revista Entrevista tem, pelo papel do curso de Comunicação Social (Jornalismo) e pelo tema.



Mário ressaltou a importância da temática para a democracia brasileira e destacou pontos atuais como a Comissão da Verdade e a revisão da Lei da Anistia.

A entrevista aconteceu no mesmo período em que a OEA, Organização dos Estados Americanos, pretendia punir o Brasil por não revisar a Lei da Anistia.

de reconstituição. Procurar ver a vida por outras facetas, porque nosso viés é muito maniqueísta e reducionista, reduzir tudo a questão de classe já não cabia mais. A gente viu por dentro do aparelho de tortura, vimos manifestações de pessoas que não compactuavam com aquilo. Eu vi o diretor do IPPS, um coronel da Polícia Militar, chorar da nossa história na nossa frente. Isso também quebra nossos pensamentos maniqueístas nos quais fomos educados, no radicalismo daquele período.

Ingrid – De onde veio a ideia do *Bar Armário* e qual foi o diferencial dele?

Mário Albuquerque – Quando eu saí da prisão, resolvi me jogar nas coisas novas. Meio-ambiente, cultura. Disse: “Eu não vou ficar preso àquele passado, remoer aquilo”. Não queria ficar me apresentando como expreso político. Eu queria que as relações surgissem a partir do que eu sou. Eu me envolvi muito com o som, com algumas produções na área cultural, organizei uma festa célebre nas Ciências Sociais, o Forró do Jegue. Pegamos um jegue e colocamos na esquina da cantina (*no Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, no bairro Benfica*), onde tinha um jardim. O Nonato Albuquerque estava começando como radialista e o chamamos para animar a festa (*ele hoje é jornalista e radialista do grupo O Povo de Comunicação e da TV Jangadeiro*). Apesar de não estudar, me envolvia com o pessoal. O Forró do Jegue foi para arrecadar dinheiro para ir para a SBPC (*Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*) em Salvador.

Envolvi-me com o movimento de Biodança, que foi importantíssimo para mim e até hoje recomendo para as pessoas fazerem. Depois da prisão, você não pode trabalhar só a cabeça, tem de trabalhar o corpo também. Eu sempre brinco: “Quem passa nove anos na prisão, não sai normal. Uns saem mais ou menos, depende da taxa”. Eu tive a

“Nós ainda não temos aqui uma cultura partidária em que as pessoas respeitem que você seja de um partido e não vá ali puxar brasa pra sua sardinha”

O caso foi aberto pela OEA há um ano, e a entidade não esconde que espera uma condenação. A Organização aguarda definição antes do período eleitoral brasileiro

felicidade de sair com a taxa de anormalidade um pouquinho menor, porque primeiro, passei metade do tempo de prisão no IPPS, uma prisão até humanizada na época. Depois quando saí, fui fazer Biodança e descarreguei muitas das tensões, as couraças, apesar de ter de enfrentar os preconceitos da época. Naquela época a Biodança era vista com preconceito tanto pela direita, como uma orgia, um bacanal que ia desestruturar a tradicional família cearense, quanto pela esquerda, pois era uma coisa da CIA, que ela ia desviar as energias revolucionárias. Outro setor também achava que aquilo era coisa de viado (*sic*).

Foi a época em que eu mais namorei na minha vida, a época em que conheci a Martha (*Martha Ary*), que foi o grande amor da minha vida e que me envolvi no *Bar Armário*.

O *Armário* foi um barzinho pensado e elaborado, como instrumento de intervenção na cultura local, em 1982. Nós ainda vivíamos na ditadura, ainda estava explodindo bomba em banca de jornal. Foi um instrumento que usei porque as pessoas ainda viviam com medo. E esse bar revolucionou aqui em Fortaleza, porque era um bar em que os garçons eram estudantes universitários. Ou andarilhos, viajantes e hippies que precisavam juntar uma grana pra se manter. Outra mudança era que o bar só abria de quarta a sábado à noite, a partir de 18 horas. Era um bar cultural. A outra mudança era que tinha dança. Na cidade só se dançava em boate, pois não havia música nos bares. O *Armário* era aberto, não precisava pagar nada. O local era pequeno, mas era interessante como as pessoas dançavam. Foi o nosso bar que introduziu aqui a macaxeira. O pessoal aqui tinha preconceito com a macaxeira, pois achava que era coisa de pobre. Aqui só tinha a batata frita, que era chamada de batata inglesa.

Conheci o carnaval de Recife/Olinda e trouxe de lá o queijinho assado na brasa e os nomes poéticos dos tira-gostos. Eu me lembro do nome de um tira-gosto à base de feijão: “Vejo estrelas nos seus cabelos”. Para criar o bar, me associei a uma pessoa que era estudante de Psicologia, para juntar o que estava separado. A gente juntou faixas etárias, sexualidades, ideologias e também profissões, desde estudantes de vários cursos a jornalistas, publicitários, psicólogos, sociólogos, engenheiros e arquitetos. Por exemplo, o Ciro Gomes, que foi candidato a governador do Ceará (*Eleito deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro-CE em 2006*), era da geração

armário, a Patrícia Saboya (*Senadora pelo Partido Democrático Trabalhista-CE desde 2002*) frequentava o bar. Foi uma época de muita efervescência, que juntou muitas pessoas. O *Armário* tinha peças teatrais e uma redação de jornal, que produzia um jornal-mural, com muitos avisos e mensagens uns para os outros. Também tinha época que nós entregávamos o bar aos clientes: "O bar é de vocês e cuidem do bar".

Então foram nove anos de festa. Não o fiz para ganhar dinheiro, fiz o bar para desneurotizar (*sic*) a prisão de mim e de me reinserir na cidade de Fortaleza. A maioria do pessoal não sabia da minha história como preso político. Muitos, quando souberam, ficaram de queixo caído, inclusive os que eram contra a esquerda e que achavam que comunista era comedor de criancinha, terrorista, perigoso, mal-encarado, quebrando assim paradigmas. Eu queria só finalizar a questão do *Armário* com um detalhe curioso. A eleição do nome foi uma eleição direta. Nós lançamos essa idéia: "Não, o bar não vai ter nome, quem vai dar nome são os clientes". Houve uma eleição direta. O interessante é que as propostas de nome eram de acordo com o curso. Pro pessoal da Psicologia era *Freudsbar*, pro pessoal da Sociologia, *Marx Bar*. Eu não me lembro dos outros nomes. O *Armário* nem era proposta nossa, foi a junção dos dois nomes dos sócios, o Armando e eu, o Mário.

Roger – Muitos dos ex-combatentes da ditadura entraram pra carreira política. Inclusive o Pedro Albuquerque, seu irmão, que foi candidato até a governador do Ceará. Mas você optou pela criação da Instituição. O que te motivou a isso? Por que não enveredar na carreira política?

Mário Albuquerque – Bom, é interessante, eu estava até pensando nisso ultimamente. É interessante que a maioria das pessoas que seguiram a carreira parlamentar não foi presa, foi exilada, ficou clandestina. Não sei se tem a ver, se tem alguma relação. É possível que tenha.

Roger – (*interrompendo*) Inclusive o Pedro...

Mário Albuquerque – Ou então preso por pouco tempo. O Pedro foi preso, mas por pouco tempo. Seis meses ou um ano, talvez. Um ano pode ser muito, mas na época pra nós era pouco. Um ano não é nada. O Genoíno (*José Genoíno, deputado federal do PT*), também, passou dois anos preso (*na verdade, foram cinco anos, de 1972 a 1977*), o que pra nós é pouco. Tem um jargão na prisão de que até dois anos você tira a cadeia pendurado pelos ovos. Até dois



anos dá pra você aguentar, depois de dois anos, a coisa pesa. Então eu acho que tem a ver com isso, talvez. José Dirceu (*ex-líder estudantil, preso em 1968, um dos fundadores do PT, ex-deputado federal cassado em 2005*) foi preso por pouco tempo. Todos os que eu conheço não foram essas pessoas que passaram longos anos de prisão. O Lula (*Luiz Inácio Lula da Silva*) passou dois meses preso.

Everton – Mas você arrisca alguma relação?

Mário Albuquerque – É possível. Eu pensei nessa questão. Se é preconceito meu, não é. Não é preconceito. Eu acho importantíssimo e já recebi propostas de ser candidato.

Roberta – Você é filiado a algum partido hoje ainda?

Mário Albuquerque – Olha, quando eu saí da prisão, foi aquela fase da criação de partidos. Eu assinei várias listas. Eu assinei do PCB, me filiei ao PCB e ao PDT (*Partido Democrático Trabalhista, fundado em 1980*). Eu realmente participei do PDT, entrei realmente no PDT brizolista. Participei da direção do PDT daqui. Depois acho que participei da fundação do PPS (*Partido Popular Socialista, fundado em 1992*). E por último do PSB (*Partido Socialista Brasileiro, fundado em 1947*). Acho até que minha ficha de filiação continua lá. Mas desde que eu entrei nesse movimento da Associação, eu resolvi abandonar a militância partidária para não prejudicar essa causa. Porque nós ainda não temos aqui uma cultura partidária em que as pessoas respeitem que você seja de um partido e não vá ali puxar brasa pra sua sardinha.

Como essa é uma causa que está acima dos partidos, e que envolve questões de humanidade, envolve famílias que têm de se reconstruir do ponto de vista financeiro. A ditadura no Brasil está sendo vista agora na Comissão de Anistia Federal, de que eu faço parte, está se vendo que, na Argentina, a ditadura, o centro da política dela foi assassinato, desaparecimento. São 30.000 mortos e desaparecidos na Argentina, sem prova nenhuma. Eles montaram um esquema pla-

Quando a lei de Anistia completou 24 anos, o governo do Estado assinou o decreto nomeando uma Comissão Especial, composta por 11 integrantes de instituições e organizações governamentais e não-governamentais.

A Comissão Especial foi criada com o objetivo principal de indenizar os anistiados e parentes das vítimas da ditadura, no período de 1961 a 1979.

Inspirado pela personagem A Cobra, do carnaval de Recife/Olinda, formou com Martha Ary, um grupo de teatro infantil chamado Curumim, no qual contavam a história da sociedade, das relações de classe e de opressão através da metáfora do animal.

nejado pra desaparecer com vestígio, com tudo. No Brasil, não. Entre mortos e desaparecidos, dá uns 400, 500. Então, no Brasil o que está se observando é que a ditadura sempre procurou atingir as pessoas no fator econômico. E realmente foi terrível! Porque nesse período, o sustentáculo financeiro da família era o homem, não era mulher, que não trabalhava. Então se você atinge o homem, você atinge a família toda. Então foi isso que aconteceu, é por isso que tem tanto processo. É por isso que a reparação econômica aqui no Brasil é avançada, diferente da Argentina e do Chile. Lá é mais a punição aos torturadores. Aqui não, ela é econômica, porque foi onde a ditadura atingiu as pessoas, demitindo dos seus empregos ou então afastando da escola, suspendendo direitos políticos por 10 anos.

Maira – Você caracteriza os primeiros momentos de liberdade como uma “overdose”, que teria chegado ao fim com a leitura de uma matéria que saiu na VEJA (em 1996) falando sobre uma reparação econômica que estava sendo feita ao Lula. E foi daí que surgiu a vontade de voltar para uma militância política diferenciada dessa vez. Como foi que vocês se reorganizaram para começar essa luta?

Mário Albuquerque – Eu tive essa “overdose” quando saí em liberdade, em que eu me joguei para a vida. Eu segui um pouco aquela história de “deixa as águas me levarem”. Teve um momento em que eu não me preocupei muito com emprego, não quis emprego de horário. Saí de nove anos de prisão, queria desneutrotizar (*sic*). Tanto que eu digo que, quando eu era “liso”, foram as farras melhores que eu já fiz na minha vida (*risos*). Eu continuo meio liso, mas é diferente. Bom, mas nessa “overdose”, teve um momento em que a realidade cobrou o seu preço. Eu já não podia viver de produção cultural, de bicos. Eu trabalhei também aqui no caminhão da cultura, um projeto da Prefeitura de Fortaleza, na gestão do Lúcio Alcântara (*ex-governador do Ceará, de 2002 a 2005*). Foi meu primeiro emprego, na gestão do Lúcio Alcântara, que era um prefeito nomeado pela ditadura. Foi lá onde eu consegui o meu primeiro emprego. Nunca trabalhei com carteira assinada, eu não me preocupei com isso, nem quis, pra não ficar muito preso, amarrado. Mas tem um momento em que você começa a pensar: “Pô, pera aí eu tenho que pensar na minha estabilidade, em aposentadoria e tal”. E eu comecei a me preocupar com isso. Eu tive vários empregos depois, trabalhei na Câmara dos Deputados, na Assembléia Legislativa. Aliás, eu trabalho até hoje na

Ao ser libertado, após nove anos, Mário fez aulas de biodança para recuperar o equilíbrio corporal alterado na prisão.



Assembléia Legislativa.

Foi quando eu li na revista VEJA uma matéria dizendo que o Lula, nosso presidente, recebia uma pensão de anistiado político. Aquilo pra mim foi uma grande surpresa. Eu pensei: “Pô, peraí, o Lula passou dois meses preso e recebe uma pensão, e eu passei nove (*anos*) e não recebo nada? Será verdade ou será intriga da oposição?” Eu fui atrás, confirmei que realmente existia. Desde 1979, essa lei da Anistia criou direitos econômicos para quem foi demitido na área pública. Em 85, na era Sarney, e depois em 88, com a Constituinte, isso se ampliou para incluir (*a área*) privada. E eu fui funcionário aqui de um laboratório multinacional, o *Lepetit (Merrell Lepetit, laboratório farmacêutico)*, que não existe mais. Eu: “Peraí, a minha salvação vai ser por aqui então. Eu não vou ter tempo de trabalhar com carteira assinada, completar tempo”.

Bom, daí eu comecei a me informar com outros companheiros meus que foram presos políticos. Ninguém também sabia disso, todo mundo desconhecia. Então, se existe o direito, vamos fazer coletivamente. Foi então que a gente começou a se reunir, a ver como se fazia. Essas anistias estavam paradas no Brasil porque veio aquele destruidor do futuro, o Collor (*Fernando Collor de Melo, empresário e político, presidente do Brasil entre 1990 e 1992*), que destruiu tudo. Entre outras coisas que ele destruiu, foi a anistia, ele suspendeu tudo. Então a gente foi se reunindo, e a gente inclusive escolheu um local simbólico para se reunir, que foi o local de onde surgiu o Movimento Feminino pela Anistia aqui no Ceará. Foi no Instituto Alencar (*escola de ensino infantil e fundamental Instituto Educacional Alencar, fechado em 2001*), que acabou-se, hoje não existe mais, mas que era na época da Nildes Alencar (*Professora e ex-presidente do Movimento Feminino pela Anistia – CE*), irmã do Frei Tito e a primeira presidente do Movimento Feminino pela Anistia. Por uma questão simbólica, nós resolvemos nos reunir lá. Nós começamos. Veio aquele ano de 1999, veio aquela data redonda, 20 anos da

Anistia e então nós resolvemos comemorar em todo o Brasil. Levamos essa idéia para os outros Estados e também o pessoal em algum lugar já estava tendo essas idéias, se movimentar. Tivemos um encontro coordenado em todo Brasil. Era o governo Fernando Henrique Cardoso (*presidente do Brasil entre 1994 e 2002*), que prontamente também aceitou a comemoração. Aqui no Ceará, nós fizemos através da Fundação Teotônio Vilela (*criada em 1984, em Alagoas*). Eu sempre gosto de dizer isso, que, apesar de eu ter uma posição política discordante do PSDB, do Fernando Henrique Cardoso, eu acho que você não pode negar a verdade: o PSDB aqui na época teve um papel muito importante nessa retomada do processo de anistia no Brasil. Essa lei que hoje vigora, a Lei de Anistia que é a 10.579, que foi ampliada — uma boa lei —, foi o Fernando Henrique Cardoso que assinou. Inclusive enfrentando resistências muito grandes da área militar, especialmente da Marinha. Porque os militares queriam dar anistia aos oficiais, mas não queriam dar aos soldados, marinheiros, pessoal de baixa patente. Mas as entidades (*disseram*): “Não, ou vai todo mundo, ou não vai ninguém”. E é importante ressaltar, eu quero destacar a coragem do Fernando Henrique Cardoso de ter enfrentado, de ter assinado a lei colocando os marinheiros e os soldados rasos dentro dessa lei. Que até hoje setores das Forças Armadas não engolem e dificultam.

Essa associação surgiu dentro desse contexto aí em que a gente conseguiu. Depois a memória aqui no Ceará, que a gente transformou um cartaz, fez recriação livre de um cartaz que a ditadura usava contra nós: “Procuram-se terroristas”. O que eu chamo de trazer a memória à força. Porque a gente lançou aquele cartaz, primeiramente, em cor sépia, e só a metade dele, como se fosse coisa antiga. E provocou uma polêmica na cidade. “O que era aquilo?”

“Pô, peraí, o Lula passou dois meses preso e recebe uma pensão, e eu passei nove e não recebo nada? Será verdade ou será intriga da oposição?”

Direita ou era esquerda?” . A partir daí, os meios de comunicação daqui começaram a puxar, a publicar matérias e matérias. Inclusive impressiona ao Brasil todo, pessoal, o papel do Ceará nesse aspecto. Eu digo isso sem bairrismo nenhum. Porque no Ceará realmente essa memória foi trazida à tona aqui, um trabalho impressionante! Isso não é todo estado que tem isso não.

Everton – E esse é, inclusive, um dos trabalhos da própria Associação.

Mário Albuquerque – Exatamente, até de memória. Nós trabalhamos na área jurídica e (*de*) memória. Por isso que eu digo, queria destacar o papel da universidade que se abriu para isso, para trazer para dentro dela o debate dessas questões. É permanente isso. Tem várias monografias, teses sobre essa questão. Porque, quando se escrevia sobre a ditadura no Brasil, se escrevia no eixo Rio-São Paulo, como se a ditadura só tivesse havido ali. No máximo, Recife. Nós mostramos que a ditadura teve sim aqui no Ceará. Como diz o ditado: “No Ceará teve disso sim também”. E não foi branda, não foi pouca coisa não, foi violenta. Foi muito violenta! Então o trabalho da universidade e da mídia cearense foi importantíssimo. E eu acho que foi uma contribuição para o desenvolvimento político do nosso Estado.

Roberta – A gente está vendo aí esse Plano Nacional de Direitos Humanos que tem como um dos pontos a questão da Comissão da Verdade. Segundo os especialistas, vai ser só uma coisa mesmo pra poder localizar desaparecidos, corpos e não poder ter a questão da condenação porque na Constituição não cabe. Eu queria saber sua opinião sobre isso e o que você acha que precisa ser feito pra dar um rumo melhor a essa questão toda.

Mário Albuquerque – Bom, eu acho que política é relação de forças. Essa decisão do STF refletiu uma relação de forças na sociedade atualmente. A sociedade não está discutindo isso, ela ainda não está sensibilizada para discutir essa questão. Primeiro por isso: porque a violência é uma coisa entranhada na sociedade, ela tem medo de se ver. Não é fácil a gente se ver no espelho. É muito doloroso você ser reconhecido porque aquilo quebra imagens. Se construiu uma ideologia no Brasil de que, no Brasil, o povo é pacífico. Isso é uma grande balela! Que pacífico?! (*eleva a voz*) Eu participei de um debate numa rádio aqui, no intervalo vieram as perguntas, todas elas num nível extremamente violento. Dizendo assim: “Terrorista tem mais é que estar na cadeia mesmo. A ditadura fez foi pouco, devia ter matado”. Era nesse nível, entendeu? E um

Utilizando fundamentos da Biologia, da Antropologia e da Psicologia, a biodança é um sistema de integração afetiva, renovação orgânica e reaprendizagem das funções originais da vida.

Combinação de dança e psicologia, a biodança desenvolve cinco linhas de potencial: vitalidade, sexualidade, criatividade, afetividade e transcendência.

O assunto da entrevista era tão envolvente que, mesmo com o tempo ultrapassado, o professor Ronaldo permitiu que dessemos continuidade.

dos debatedores falou que nosso povo é pacífico e aí eu disse: "E aí, doutor? Onde está o pacífico? Olha o nível das perguntas!".

Essa é uma questão que nós temos de enfrentar. É uma questão que não está encerrada, não vai se encerrar, ela vai ter outros capítulos. Vou recuperar aqui um jargão antigo, que continua extremamente vigente: a luta continua. Eu acho que isso aí está começando a provocar discussão. Cada vez mais, eu acho que as pessoas vão tendo consciência da relação dessa impunidade dos torturadores da ditadura com os níveis de violência atuais, com a tortura que continua vigente e o perigo que isso traz pro nosso País. Porque, se o Brasil não resolver essa questão, isso vai afetá(-lo) do ponto de vista econômico. Vai haver sanções. Isso é uma questão: nós temos de recuperar a discussão da política. Estamos caindo no perigo de judicializar a política. Tudo agora é judicialização. Ninguém discute mais a política, que é uma ciência extremamente importante, que mexe com toda a vida nossa. Mesmo que você não queira participar, ela está afetando a sua vida. Então nós temos de discutir isso, com espírito desarmado, sem espírito de vingança. O Brasil agora vai ser julgado, dia 20, 21 desse mês (*maio*), na OEA (*Organização dos Estados Americanos*), na Corte Interamericana de Direitos Humanos, sobre o caso do Araguaia. Além disso, há um aparente recuo do governo nessa questão do Plano Nacional dos Direitos Humanos. Mas isso é um aparente recuo, política é assim mesmo, né? O governo é muito heterogêneo. A medida que a sociedade se manifesta, se altera também. É uma dinâmica, é uma dialética (*mexe os braços*).

Roger – Gostaria de saber como tem sido rever os arquivos a partir do trabalho de construção do acervo da associação.

Mário Albuquerque – Eu tenho acesso a

"E tem muito preconceito ainda que nós temos de vencer. Há muito caminho de luta pela frente e eu quero estar junto dessa luta até o final dos tempos"

O processo de editoração da entrevista foi um sufoco. Devido aos horários das participantes da equipe de produção (Cada uma trabalhava em um turno diferente), as discussões aconteciam por email.

todos os arquivos da associação. É impressionante. Eu tive um tempo... Eu passei uma época muito deprimido. Você acha que sua história é a pior e aí vai descobrir histórias muito piores que a sua. Muito piores do que a sua. Porque a ditadura, quando invadiu os lares, levava tudo da pessoa. Eu encontrei arquivos de pessoas, diários íntimos de jovens, de quando a pessoa era jovem. Eu acho inclusive que nós temos de evoluir para que o Estado devolva às famílias esses arquivos. Porque é uma parte da história das famílias sequestrada. As famílias perderam isso: a sua história. Não se trata só da memória política, mas também da familiar. Histórias também dantescas, de pai entregando filha. Aqui no Ceará nós temos um caso terrível. De um pai que era um bandido, um marginal que fez um acordo com a repressão. O cara era acusado de estupro de crianças, traficante de drogas, ladrão de carros, assassino, pistoleiro. Esse cara fez um acordo e tem lá, nós temos isso, com um juiz aqui. Um juiz muito famoso aqui, muito homenageado, pra ele em troca de limpar a ficha dele, entregar duas filhas à repressão. E assim ele fez.

Quer dizer, por isso que a resistência é enorme pra abrir esses arquivos. Não vai expor só a repressão da ditadura, a polícia, o Exército, o torturador. Vai expor a elite econômica e empresarial do Ceará, do Judiciário, que foi conivente. Inclusive mantinha uma caixinha para pagar por cabeça nossa. Todos nós aqui tínhamos um preço. Eu sou curioso para saber qual era o meu preço. Para saber se eu valia tanto. A mídia também era conivente. Grandes proprietários da mídia aqui também eram coniventes (*com a repressão*). Mas nós temos de enfrentar essa questão. Eu acho que, se nós queremos fazer um país mais saudável, civilizado, democrático, nós temos de passar por essas brasas. E eu inclusive coloco também nós, a esquerda nisso, nós também cometemos muitos erros. Nós temos histórico inclusive de *justiçamento* (*punição de militantes feito por um tribunal do próprio movimento*) de companheiros feito pela organização de esquerda, erros terríveis cometidos por nós. É importante discutir isso para poder superar. A única forma de superar é enfrentando essas questões. O que tem de bom e de ruim. Também tem aspectos positivos da ditadura, não é tudo ruim não. Tem aspectos bons também. Por exemplo, o sistema de telecomunicações que nós temos foi implantado pela ditadura. A infraestrutura também. Claro que do ponto de vista social foi um desastre. O preço que se pagou por isso. A desigualdade se

aprofundou e está aí na base de toda essa violência. O que foi derrotado pelo golpe militar foi o modelo econômico baseado no mercado interno, na criação de emprego interno, no nosso país. Há uma memória importantíssima que nós temos de discutir, que é a da economia. Como é que o Brasil chegou a esse tipo de economia que nós temos? Qual é essa história? Como é que foi isso? Quem são os grandes beneficiários desse modelo econômico? Essa aí é uma grande discussão, importantíssima!

Ingrid – Pra encerrar, eu queria agradecer a presença do senhor. Eu queria saber, levando em conta o seu trabalho na associação no contexto atual, qual o seu papel nessa luta.

Mário Albuquerque – Bom, eu sou um estimulador. Eu me coloco mais como um estimulador, como uma pessoa que, pela vivência e pela experiência política, eu aproveitei. Como diz o ditado, “me dê um limão que eu faço uma limonada”. Eu aproveitei a prisão para crescer. Eu lembro muito daquela frase do Nietzsche (*Friedrich Wilhelm Nietzsche, filósofo alemão*): “O que não te mata, te fortalece”. Então me fortaleceu. Eu acho que sou uma pessoa com uma visão humanista muito mais ampla, questionador de tudo, inclusive de mim mesmo...Me coloco hoje nessa função de abrir caminhos. Me vejo mais nessa função de estimulador, de provocador e de abrir caminhos para a discussão. Para quebrar certos valores muito consolidados. Estou sempre questionando. E uma das coisas inclusive que nós devemos começar a questionar e é um tabu que nós temos no Brasil que é “ordem judicial não se discute”. Se discute sim, porque não se discute ordem judicial? É um poder extremamente conservador esse Judiciário. Então nós temos de começar a discutir isso, sim. Quebrar um bocado de tabus que nós temos no País. E tem muito preconceito ainda que nós temos de vencer. Há muito caminho de luta pela frente e eu quero estar junto dessa luta até o final dos tempos.



As histórias contadas estavam tão interessantes que a entrevista foi alongada. O convidado não demonstrava sinais de cansaço mesmo após duas horas de fala quase ininterrupta.

Em uma aula posterior à entrevista, nosso professor e orientador na Revista Entrevista, Ronaldo Salgado, nos revelou que, em sua juventude, tomou um porre no Bar do Armário.